

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.997 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>LIT.PAS.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIAO</b>

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE  
SEGURANÇA. CONCESSÃO E PAGAMENTO DE DIÁRIAS NO  
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO. RESOLUÇÃO Nº 73/CNJ, DE  
28/4/2009. NÃO CABIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA  
CONTRA LEI EM TESE E ATO NORMATIVO. SÚMULA 266/STF.  
AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.997 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>LIT.PAS.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIAO</b>

## **R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, contra decisão que prolatei, assim ementada:

*“1) DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO NORMATIVO DO CNJ DE UNIFORMIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS A MAGISTRADOS.*

*2) O ATO IMPUGNADO DO CNJ RESOLUÇÃO Nº 73/2009 - É DOTADO DE GENERALIDADE E ABSTRAÇÃO O QUE IMPEDE SUA IMPUGNAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA.*

*3) WRIT A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.”*

Inconformado com a referida decisão, o agravante sustenta que o CNJ teria contrariado a Constituição da República, violando os arts. 18 e 25, *caput* e § 1º, 37, *caput*, 103-B, § 4º, I e II.

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.997 RIO GRANDE DO SUL

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** O presente agravo regimental não merece ser provido.

O agravante não traz argumentação capaz de desconstituir os fundamentos da decisão agravada.

Conforme consignado na decisão ora questionada, o mandado de segurança visava a impugnar ato do Conselho Nacional de Justiça, consubstanciado na aplicação da Resolução nº 73/2009, que dispôs sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário.

A Resolução nº 73/CNJ possui caráter geral e impessoal, dispondo sobre situações *"in abstracto"*, dependendo de necessária e posterior prática de atos concretos, de competência dos respectivos tribunais estaduais, a fim de possibilitar a execução das prescrições abstratas contidas no ato coator.

Portanto, *se* constitui em lei em tese, sujeita, assim, à incidência da Súmula 266 desta Corte, segundo a qual, *"não cabe mandado de segurança contra lei em tese"*.

A admissão, em sede mandamental, de impugnação do ato normativo em questão, serviria a autorizar a indevida utilização do mandado de segurança como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, o que é inadmissível, conforme entendimento consolidado desta Suprema Corte.

Nesse sentido:

**MS 30997 AGR / RS**

“Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. RESOLUÇÃO 88/2009, QUE DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DO PODER JUDICIÁRIO. NÃO CONSTATADO O DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE EM INVALIDAR OS EFEITOS CONCRETOS DA RESOLUÇÃO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DA CORTE. ENUNCIADO DA SÚMULA 266 DO STF. O SERVIDOR PÚBLICO NÃO TEM DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO, O QUE, CONSEQUENTEMENTE, SIGNIFICA QUE NÃO HÁ VIOLAÇÃO A DIREITO QUANDO SE ALTERA A JORNADA DE TRABALHO ANTERIORMENTE FIXADA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.”(MS 28.433-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 15/8/2014)

*“EMENTA Agravo regimental em mandado de segurança. Mandado de Segurança impetrado contra lei em tese. Agravo regimental não provido. 1. É inadmissível a impetração de mandado de segurança contra lei em tese. Incide, na espécie, a Súmula nº 266 do Supremo Tribunal Federal. 2. Agravo regimental não provido.”* (MS 29.006, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 19/11/2013)

*“E M E N T A: MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO – PORTARIA TCU Nº 50/2014 – ATO EM TESE – INVIABILIDADE DA IMPUGNAÇÃO MEDIANTE AÇÃO MANDAMENTAL (SÚMULA 266/STF) – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Não se revelam sindicáveis, pela via jurídico-processual do mandado de segurança, os atos em tese, assim considerados aqueles – como as leis ou os seus equivalentes constitucionais – que dispõem sobre situações gerais e impessoais, que têm alcance genérico e que disciplinam hipóteses neles abstratamente previstas. Súmula 266/STF. Precedentes. – O mandado de segurança não se qualifica como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, não podendo ser utilizado, em consequência,*

**MS 30997 AGR / RS**

*como instrumento de controle abstrato da validade constitucional das leis e dos atos normativos em geral. Precedentes.”* (MS 32.809, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe 30/10/2014)

*Ex positis*, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.997**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

LIT.PAS.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIAO

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma